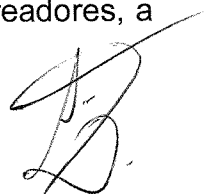


ATA Nº 332 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO IAPS – INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, REALIZADA EM 26 DE JUNHO DE 2025.

---

Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de 2025, reuniram-se nas dependências do IAPS, os membros do Conselho de Administração: Leila Del Frari Exner (titular), Virgínia Fank (titular), Cíntia Jaqueline Penha da Silva (titular), Felipe Diego da Silva (titular), Marcone da Silveira (titular), Juliano Roques (titular) e Fernanda Luft (titular). Estavam presentes, além dos membros do Conselho, a Sra. Adriana Lisboa (Diretora Financeira do Instituto) e a Sra. Nadine Terra (Procuradora do IAPS), atendendo a convocação lhe foi feita. A reunião teve início com a com a leitura e aprovação da Ata nº 331, da última reunião ordinária. Na sequência Leila iniciou informando que o memorando nº 01/2025 contendo as propostas de alteração da Lei 5700, compiladas de atas anteriores foi encaminhado ao setor jurídico e que enviaria um modelo para auxiliar na elaboração do projeto até o dia seguinte à reunião. Sobre o memorando nº 02/2025, que trata sobre a recondução dos atuais membros do C.A., já teve retorno e iria disponibilizar digitalmente. Novamente o tema foi extensamente debatido e a maioria dos membros entendem que deve haver novas eleições. A Sra. Fernanda comentou que embora haja previsão de recondução na lei atual, o ato depende de quem indicou os membros, não havendo órgão específico para solicitá-lo, configurando uma omissão na legislação. Sobre a execução orçamentária do mês de maio de 2025, a Sra. Adriana detalhou as receitas que totalizaram R\$ 14.593.153,43, provenientes de contribuições de servidores ativos (R\$ 2.770.065,36), inativos (R\$ 102.472,75), pensionistas (R\$ 4.287,53), contribuições patronais (R\$ 3.611.766,34), parcelamentos (R\$ 3.077.349,93), aluguéis (R\$ 56.368,89), receita de aplicações financeiras (R\$ 4.374.828,82) e compensação previdenciária (R\$ 482.169,67). As despesas totalizaram R\$ 11.852.768,66, incluindo a folha de aposentadoria (R\$ 10.197.227,51), pensões (R\$ 1.220.571,68), folha do IAPS (R\$ 170.245,63), despesas com serviços (R\$ 84.597,16), PASEP (R\$ 123.138,62) e sentenças judiciais (R\$ 6.995,41). O resultado orçamentário do mês foi positivo em R\$2.740.366,77 excluindo os investimentos. O total Geral de Investimentos (saldo em aplicações) é de R\$543.557.440,14. A Sra. Adriana detalhou aos membros na reunião os gastos do Instituto com terceiros como TI, consultorias, assessorias, perícias médicas entre outras despesas, conforme havia sido questionado pela conselheira Cintia na última reunião e registrado em ata. Na sequência, foi apresentado o relatório das aplicações financeiras, sendo que no mês de maio houve boa rentabilidade. O Fundo Previdenciário teve uma rentabilidade de 1,20% no mês, atingindo 152% da meta, com a carteira total em 5,54% contra uma meta de 5,10%. O Fundo Financeiro teve rentabilidade de 1,5% no mês, atingindo uma rentabilidade de 6,68%, contra uma meta de 5,10%. A rentabilidade total da carteira no mês foi de 5,81%, representando 114% da meta mensal. Sobre a negociação do prédio da Câmara de Vereadores, a



sra Adriana pontuou que houve uma reunião com a Presidente da casa legislativa e a mesma demonstrou interesse na compra. Foi fechada e encaminhada uma proposta oficial para a Câmara no valor de R\$3.200.000,00, com R\$1.000.000,00 de entrada e 36 parcelas mensais de R\$61.500,00, a serem reajustadas anualmente pelo INPC. Adriana informou também que há problemas no telhado do prédio devido à chuva que exigiram reparos urgentes e que foram autorizados e serão descontados do aluguel. Sobre as salas ocupadas pela SEMUSP e Junta Militar ainda permanece indefinida. A SEMUSP está mudando de local, tendo adquirido um novo prédio. Foi acordado que o IAPS fará um processo de indenização pelo período de uso das salas, cobrando os aluguéis atrasados. A sala utilizada pelo gabinete continua sem previsão de desocupação ou cobrança de aluguel. Por fim, sobre a situação de terrenos/imóveis do IAPS, foi informado que houve uma reunião com o Secretário de Habitação, que não tinha conhecimento da situação. A proposta é que a prefeitura realize uma reavaliação dos terrenos (a última é de 2014) e que o IAPS proponha a venda diretamente aos moradores. Os conselheiros destacaram que os valores dos terrenos em nome do IAPS, não poderão ser desconsiderados, pois fazem parte do patrimônio do Instituto e dos servidores. A prefeitura poderia facilitar a negociação, pois a regularização permitiria que o município começasse a arrecadar IPTU dessas áreas. Sem mais assuntos a serem apresentados ou discutidos, a reunião foi encerrada.



**Leila Del Frari Exner**  
**Presidente do Cons. de Administração**



**Marcone da Silveira**  
**Secretário do Cons. De Administração**